

Boletim sobre o processo de paz em Moçambique



Número 25 - Agosto de 2000

Editor: Joseph Hanlon
Tradução de: Orlanda Mendes

O material pode ser reproduzido
livremente (mencionando a fonte)

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam
Tel: +31 (20) 524 56 78
Fax: +31 (20) 622 01 30 E-mail: awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 (1) 41 86 03, 41 86 08, 41 86 16
Fax: +258 (1) 41 86 04 E-mail: awepamz@zebra.uem.mz

Nomeada nova Comissão de Eleições enquanto a RENAMO continua o boicote

A Frelimo designou os seus membros para a Comissão Nacional de Eleições numa sessão especial da Assembleia da República (AR) no dia 26 de Julho. Embora a Renamo se tivesse recusado a nomear membros seus, a comissão eleitoral poderá funcionar e as eleições intercalares em Moatize poderão ir avante.

Tanto a Renamo como a Frelimo indicaram nomes para uma comissão parlamentar ad-hoc de revisão da legislação eleitoral. É presidida por Alfredo Gamito, que foi ministro da Administração Estatal até às eleições de Dezembro passado. A comissão apresentará o seu primeiro relatório à próxima sessão da Assembleia da República em Outubro.

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) é um órgão permanente, mas uma nova Comissão Nacional de Eleições (CNE) deve ser designada pelos partidos com assento na nova Assembleia no prazo de 60 dias após a abertura do parlamento. Não conseguiram fazê-lo durante a primeira sessão que terminou a 5 de Maio, mas os dois partidos parlamentares – a Frelimo e a Coligação Renamo-União Eleitoral (Renamo-UE) – concordaram em constituir a nova Comissão numa sessão parlamentar especial a 26 de Julho.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, passou por cima dessa decisão, dizendo que só permitiria que a Renamo falasse sobre a alteração da lei eleitoral, não participando em nenhum acto de administração da lei antiga. Foi assim que a Renamo-UE designou membros para a comissão ad hoc mas não para a CNE. A lei que constitui a CNE (4/99) não estabelece normas de procedimento, por isso a CNE pode funcionar sem a Renamo.

A Frelimo renomeou todos os seus cinco membros eleáveis da antiga CNE:

Jamisse Taimo (que de novo será nomeado presidente), pastor metodista e reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI);

António Muacoricu, presidente da empresa de desenvolvimento Mosagrius;

Rufino Nombora, jurista que, desta vez, será o único membro que esteve nas duas CNEs anteriores;

Percila Siteo, chefe de departamento no Ministério do Plano e Finanças; e

Machatine Munguambe, antigo director da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Os outros três membros ocupam agora novos postos governamentais e foram substituídos por:

Filipe Manjate, antigo vice-ministro da Justiça e, antes disso, vice-ministro para a Coordenação da Acção Social;

Isadora Faztudo, antiga vice-ministra da Agricultura e Pescas; e

José Grachane, membro da Inspeção Nacional de Jogos.

O governo irá agora indicar 2 membros para a CNE.

Morte do Presidente do Conselho Municipal de Moatize obriga à eleições intercalares

O presidente do Conselho Municipal de Moatize, Paulino Mulaicho Jeque, faleceu em Março. Por lei, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) deve marcar, no prazo de 15 dias, a data das eleições intercalares que devem realizar-se 45 dias depois. Foi anunciada a data de 1 de Junho, mas as eleições não podiam ter lugar sem uma CNE.

Agora, que já está designado um número suficiente de membros, o governo deve empossá-los e anunciar uma nova data.

O STAE diz que já tratou da organização necessária para as eleições intercalares. Informatizou, em particular, os dados do recenseamento eleitoral de Moatize, sendo este o primeiro teste da informatização.

As eleições intercalares serão muito dispendiosas. A

actual lei eleitoral requer, para quaisquer eleições, a existência de comissões de eleições a nível nacional, provincial e distrital assim como uma série de técnicos de nomeação partidária, uma exigência da Renamo para garantir que são justas.

Moatize é pequena, com apenas 12.811 eleitores registados. O STAE calculou que as eleições intercalares iriam custar 350.000 dólares americanos, 80% dos quais gastos nos salários de todo o pessoal exigido por lei. O Ministério do Plano e Finanças rejeitou este orçamento inicial, tendo agora sido proposto um novo, reduzido a cerca de metade.

Virgílio Chapata, um funcionário superior da Renamo em Tete, disse ao diário Notícias (24 de Julho) que, pela primeira vez, a Renamo não iria boicotar uma eleição municipal e haveria um candidato da Renamo-UE. A Renamo tem boas possibilidades de ganhar em Moatize.

Também é provável que se realizem eleições intercalares em Milange, cujo presidente do conselho municipal está, segundo se diz, com vontade de renunciar.

A lei também determina que o recenseamento eleitoral seja actualizado todos os anos. Isto era igualmente impossível sem uma CNE e não está claro se vai haver actualização este ano.

Os boicotes e a marginalização da Renamo

A Renamo está a ficar cada vez mais marginalizada e sem uma estratégia enquanto continua a rejeitar os resultados das eleições de Dezembro de 1999 e a boicotar a actividade política.

O boicote da Renamo e as contínuas declarações de fraude surgem apesar da conclusão dos grupos de observadores internacionais e nacionais de que o Presidente Joaquim Chissano e a Frelimo ganharam em eleições livres, justas e relativamente bem dirigidas.

Os observadores internacionais continuam a colocar algumas questões, em particular quanto aos mais de 6% de assembleias de voto excluídos da contagem final. (Ver Boletim 24). Mas é consenso que a revisão dos resultados nunca os poderia afectar.

Por esta razão, a Renamo e o seu presidente, Afonso Dhlakama têm estado a perder apoio mesmo dos seus apoiantes tradicionais na comunidade internacional. Isto foi claramente evidenciado em Maio. A Renamo emitiu uma declaração apelando aos doadores para boicotarem a conferência sobre a reconstrução pós-cheias, realizada em Roma em 3-4 de Maio e não darem dinheiro ao governo "ilegal". De facto, os doadores prometeram mais dinheiro do que tinha sido pedido.

Dhlakama tem repetidamente chamado "ilegal" ao novo governo. Tem exigido insistentemente a recontagem dos votos das eleições de Dezembro e negociações com o governo. Na primeira sessão parlamentar depois das eleições, os deputados da Renamo ocuparam todas as manhãs os seus lugares (o que lhes permitia receber os salários), mas saíram logo que se iniciavam as discussões sobre aquilo que consideravam ser assuntos do governo.

Houve negociações secretas mas autorizadas entre o Ministro dos Transportes e Comunicações, Tomás Salomão, e Raul Domingos, rompidas em Maio depois de a Renamo ter revelado a sua existência. A Renamo exigia

Revisão da legislação eleitoral

A revisão da legislação eleitoral exige que se enfrentem tanto os problemas políticos como os técnicos.

As leis actuais contêm vários erros e conflitos. Por exemplo, a lei dos governos locais determina a realização de eleições no prazo de 45 dias, no entanto a lei eleitoral requer um processo mais longo de candidatura e eleição. E o método de cálculo do número de assentos parlamentares para cada província está matematicamente incorrecto, como a CNE descobriu no ano passado. (Ver Boletim 23)

Mas os problemas primordiais são de natureza política. Os custos potenciais da pequena eleição em Moatize ilustra bem como o processo eleitoral se tornou pesado e dispendioso. Até agora os doadores têm-se mostrado dispostos a pagar para que a Renamo continue a participar, mas mesmo assim os procedimentos acrescentados a pedido da Renamo não satisfazem o partido da oposição.

Isto levou alguns membros da Renamo, entre os quais o líder parlamentar Ossufo Quintine, a exigir processos ainda mais elaborados, morosos e dispendiosos. Segundo disse, a CNE deveria funcionar apenas através de consensos, dando à Renamo o poder de veto e envolvendo no processo por períodos mais longos (com remuneração) os funcionários designados pelos partidos.

Um ponto de vista contrário está, no entanto a ganhar algum apoio no seio da Renamo. A politização das estruturas eleitorais levará sempre à designação de mais pessoas do partido governamental, por isso pouco se ganha. Defende-se que o processo precisa, pelo contrário, de ser mais simples e mais transparente.

aquilo que Dhlakama denominava por "partilha do poder entre os dois partidos", incluindo, pelo menos, o direito de designar os governadores das seis províncias onde obteve a maioria nas eleições de Dezembro. Também surgiram rumores persistentes segundo os quais a Renamo exigia benefícios económicos, tanto para os dirigentes (talvez sob a forma de quotas em empresas privatizadas) como para o partido.

Com a ruptura das conversações e o crescente descontentamento das embaixadas com o boicote da Renamo, o Presidente Joaquim Chissano aproveitou-se para marginalizar e desestabilizar ainda mais a Renamo. No princípio de Junho, Chissano declarou num discurso que Domingos havia pedido para si próprio 500.000 dólares visando saldar uma dívida de negócios, 1 milhão de dólares por mês para a Renamo e 10.000 dólares mensais para Dhlakama.

Domingos negou a versão dos acontecimentos do Presidente, mas a revelação dividiu a Renamo. A 7 de Julho o Conselho Nacional da Renamo suspendeu Domingos enquanto o caso estivesse a ser investigado. Até agora Raul Domingos tem sido visto como a segunda pessoa mais importante da Renamo. Ele dirigiu a equipa da Renamo nas conversações de paz de Roma de 1990-92 tendo, posteriormente, chefiado a bancada parlamentar da Renamo de 1994 até 1999. O fracasso da Renamo em não reconduzir este ano como líder do seu grupo parlamentar, embora mantendo-o na comissão permanente da AR, foi

tido como um primeiro passo na despromoção de um potencial concorrente de Dhlakama.

Depois, a 14 de Julho, Chissano anunciou novos governadores para todas as 10 províncias, sem consultar Dhlakama e sem fazer concessões à Renamo.

Embora a partilha do poder e o direito a nomear governadores nunca tenha sido uma possibilidade séria, a política de Dhlakama baseara-se em obter pelo menos algumas concessões por parte do governo.

Numa conferência de imprensa realizada no dia 17 de Julho, Dhlakama estava indignado e disse que a nomeação dos governadores significava que a Frelimo e Chissano tinham dito “não, não, não” à partilha do poder. Em consequência, “a Renamo-União Eleitoral e Dhlakama não cooperarão mais na manutenção da paz neste país,” disse ele.

Ele afirmou “Não vou mais pedir a calma às populações desfavorecidas deste país. Já a partir do mês de Janeiro deste ano que milhares e milhares de populações queriam manifestar-se, querem iniciar com a violência, mas pude dizer não, porque estamos a tentar ultrapassar a situação por via pacífica.” E prosseguiu dizendo “Já disse que já não vou apelar à população para deixar de fazer violência como queria iniciar em Janeiro. Ou seja, não apelo a ninguém para fazer violência, mas jamais irei impedir os nossos apoiantes de se manifestarem contra a prepotência de Chissano.”

Após a conferência de imprensa, Dhlakama disse ao semanário Savana que apelava aos investidores estrangeiros para pararem de investir em Moçambique.

Campanha da RENAMO contra pagamento de impostos provoca reacção exagerada da FRELIMO

Nas províncias onde a Renamo-UE obteve a maioria dos votos, a Renamo tem estado a organizar campanhas exortando as pessoas a não pagarem taxas e impostos a um “governo ilegítimo”. As taxas dos mercados, em particular, constituem uma fonte importante de receitas para os governos locais. A imprensa tem reportado uma série de detenções de organizadores da Renamo.

O então governador do Niassa, Aires Bonifácio Aly, era citado na edição de 30 de Maio do jornal Notícias como tendo dito que a Renamo estava a agir ilegalmente ao encorajar as pessoas a não pagarem taxas, a não levarem os filhos à vacinação e a não mandarem os filhos à escola, porque nas escolas da Frelimo só lhes ensinariam o Marxismo. Isto é incitamento à desobediência civil e à rebelião, o que será contrariado pela força e por “medidas administrativas”, disse ele.

É evidente que os organizadores da Renamo estão a tentar provocar os dirigentes do governo para que estes reajam de forma excessiva, o que já está a acontecer com alguns.

No único incidente grave registado até ao momento, foram mortos, a 5 de Maio, pela polícia entre 4 e 8 apoiantes da Renamo em Aúbe, distrito de Angoche, província de Nampula. O incidente terá sido despoletado quando um organizador da Renamo foi detido por tentar convencer os vendedores do mercado a não pagar as suas taxas semanais. Um grande número de apoiantes da Renamo atacou

A Renamo perdeu ‘tudo’

“Com a nomeação, semana passada, de todos os governadores provinciais ficou claro que Afonso Dhlakama perdeu tudo o dizia que iria ganhar: perdeu a possibilidade de forçar a recontagem de votos, perdeu a reivindicação de eleições antecipadas e perdeu a possibilidade de o PR nomear alguns governadores sugeridos pela Renamo para algumas províncias. Portanto, Dhlakama perdeu tudo o que já cantava como vitória política da Renamo,” escrevia o Savana no seu editorial de 21 de Julho.

A imprensa independente, frequentemente mais simpática para com a Renamo do que para com a Frelimo, foi profundamente crítica da Renamo sentindo-se frustrada pelo facto de os boicotes parecerem ser a sua única estratégia. O diário Mediafax de 21 de Julho comentava que os boicotes tinham provado ser ineficazes – como “tentar parar o vento com as mãos”. O boicote das eleições autárquicas de 1998 só serviu para dar total controlo à Frelimo, quando a Renamo poderia ter ganho algumas cidades. O facto de ter abandonado a CNE nas últimas horas da contagem permitiu que os membros da Frelimo fizessem o que queriam. O facto de abandonar as sessões parlamentares deixa a Frelimo fazer o que quer.

O Savana de 21 de Julho questionava “porque é que a Renamo perdeu tudo?” A resposta é “perdeu tudo porque não estava organizada para ganhar nada”. Desperdiçou um ano inteiro e “ainda não pensou em elaborar um plano-director das suas actividades até 2003 ou 2004.”

“Toda a agenda da Renamo é determinada pela Frelimo,” comentava o Savana de 14 de Julho. “A Renamo ainda não pensou num programa político de uma governação alternativa séria, capaz de galvanizar o país a preferi-la como uma real alternativa ao governo actual da Frelimo”.

a esquadra da polícia para tentar libertar o homem e a polícia abriu fogo sobre a multidão.

A Renamo ainda não encontrou uma forma de participar no terreno como uma oposição prática e vê o papel de “oposição” como sendo simplesmente opor-se a tudo o que o governo faz. Um pequeno exemplo disto aconteceu no ano passado em Marroneu. O recém-eleito presidente do conselho municipal e a assembleia municipal, constataram que uma das maiores preocupações era o facto de as mulheres não gostarem de ir buscar água ao rio por serem atacadas pelos crocodilos. Assim, o conselho municipal propôs a construção de poços de pouca profundidade em vários bairros. A Renamo detem a maioria na vila, mas boicotou as eleições autárquicas de 1998, por isso o presidente do conselho municipal e a assembleia municipal são da Frelimo.

A Renamo organizou homens locais para se oporem à construção dos “poços da Frelimo”, embora as mulheres locais apoiassem claramente o projecto.

No princípio de Agosto, a Procuradoria-Geral da República pediu à Comissão Permanente do Parlamento que levantasse a imunidade de dois deputados da Renamo para lhes poderem ser movidos processos judiciais. Manecas Daniel e José Manteigas da província da Zambézia são

Nomeados novos governadores

Quando a 14 de Julho o Presidente Joaquim Chissano anunciou a sua nova lista de governadores, apenas um manteve o seu posto. O popular José Pacheco permanece em Cabo Delgado. Quatro governadores movimentam-se: Aires Aly (de Niassa para Inhambane), Felício Zacarias (de Manica para Sofala), Rosário Mualeia (de Namapula para Gaza) e Soares Nhaca (de Maputo para Manica).

Cinco governadores são novos: Abdul Razak Noormahomed (Nampula, antigo vice-ministro da Saúde), Tomás Mandlate (Tete, antigo funcionário superior do Ministério da Educação), David Simango (Niassa, antigo director de Educação da cidade de Maputo), Lucas Chomera (Zambézia, antigo funcionário superior do Ministério da Saúde) e Alfredo Namitete (Maputo, antigo responsável da SATCC, Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral – parte da SADC).

Nenhum deles é natural da província de que é governador. Não foi nomeada nenhuma mulher.

acusados de incitarem as pessoas à violência durante a campanha para as eleições de 1999. O chefe do grupo parlamentar da Renamo, Ossufo Quitine, negou que tenha sido cometido algum crime.

Projectada nova lei para os distritos

Os distritos e localidades vão ser governados por uma nova e mais clara legislação; em Junho, o Conselho de Ministros aprovou um ante-projecto de lei.

Moçambique está a seguir dois caminhos paralelos e por vezes conflituosos. Em 1998 foram criados 33 municípios, as 23 cidades existentes no país mais uma vila em cada uma das 10 províncias. Receberam uma considerável autonomia e elegeram os seus presidentes e assembleias.

Contudo, o resto do país é governado, a nível local, por um sistema centralizado e hierarquizado de província, distrito, posto administrativo e localidade segundo o qual os dirigentes são nomeados centralmente e prestam contas ao nível imediatamente superior. A nova legislação conduzirá a uma maior autonomia local.

Outras vilas acabarão por ser elevadas a municípios e, nos próximos anos, terão um sistema semelhante de auto-governança; até lá permanecem como parte integrante dos distritos.

Os dirigentes moçambicanos falam dos novos municípios como parte de uma “descentralização democrática” que implica uma verdadeira deslocação de poder. Pelo contrário, os governos dos distritos, postos administrativos e localidades são definidos como “órgãos locais do estado” (para enfatizar que se mantêm parte integrante do estado central) e o processo de que são alvo é designado por “desconcentração administrativa”.

A estrutura de comando quase militar do funcionalismo público mantém-se no novo ante-projecto de lei. O administrador distrital é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal e é o “dirigente superior” do território. O adminis-

trador “representa o Estado e dirige a execução do Programa do Governo, do plano económico e social e do orçamento do Estado no respectivo distrito.” O administrador deve executar as instruções do governo provincial e “responde individualmente” perante o governador provincial por todos os actos administrativos do distrito.

Abaixo do administrador distrital encontram-se os chefes dos postos administrativos (nomeados pelo Ministro da Administração Estatal mas prestando contas ao administrador distrital) e abaixo deles os chefes das localidades (nomeados pelo governador mas prestando contas aos chefes dos postos administrativos).

Mas o ante-projecto de lei propõe uma autonomia substancialmente maior. Os distritos (mas não os postos nem as localidades) terão orçamento próprio devendo, tal como agora, angariar parte das suas receitas através do pagamento de serviços e das taxas de licenciamento, como é o caso do comércio praticado nos mercados. A nova lei dará, explicitamente, aos distritos muitas das mesmas responsabilidades dos municípios, como as estradas locais, mercados, cemitérios, recolha do lixo, água e saneamento, parques públicos e campos desportivos, etc. Mas os governos distritais também devem executar os planos do governo central e as directrizes provinciais; os governos municipais não podem ser dirigidos da mesma maneira.

Tal como agora, haverá directores distritais sujeitos a uma dupla subordinação, ao administrador do distrito e ao seu ministério. Mas o seu número poderá vir a ser reduzido, com directores a cobrir várias áreas diferentes e a responder perante vários ministérios.

O “governo distrital” será composto pelo administrador, directores e chefes dos postos administrativos. Haverá um novo “conselho distrital” formado pelo governo do distrito mais o presidente de qualquer município do distrito, as “autoridades comunitárias” e os representantes das organizações económicas, sociais e culturais do distrito. O conselho distrital será um “órgão de consulta” convocado pelo governo do distrito e reunir-se-á de três em três meses.

A nível do posto administrativo e da localidade não haverá directores nem um “governo” formalmente designado como tal, mas sim um conselho consultivo com líderes comunitários e representantes de organizações. Este reunir-se-á com mais frequência, de dois em dois meses a nível de posto administrativo e mensalmente a nível de localidade.

Novo decreto reconhece ‘chefes tradicionais’

As “autoridades comunitárias” e os seus vínculos com os órgãos locais do estado são matéria de um decreto curto (15/2000) aprovado pelo Conselho de Ministros a 20 de Junho.

O decreto define “autoridades comunitárias” como os “chefes tradicionais e outros líderes reconhecidos como tal pelas suas respectivas comunidades locais”. Os órgãos locais do estado devem articular com as autoridades comunitárias e “pedir as suas opiniões sobre como melhor mobilizar e organizar a participação das comunidades locais na realização de planos e programas de desenvolvimento económico, social e cultural.”

O decreto prossegue estabelecendo que “o objectivo desta colaboração entre órgãos locais do estado e líderes comunitários é a mobilização e organização da população para a sua participação na implementação de tarefas locais de desenvolvimento.”

Prevê-se que a colaboração com as autoridades comunitárias se estabeleça numa vasta gama de áreas, incluindo o “uso da terra, emprego, segurança alimentar, habitação, saúde pública, educação e cultura, paz, justiça e harmonia social, educação cívica, meio ambiente, e transportes e comunicações”.

O novo decreto não diz respeito a governos locais eleitos, mas irá, certamente, ser visto também como um modelo de cooperação.

O novo decreto é muito curto. Uma comissão técnica do Ministério de Administração Estatal está agora a elaborar os regulamentos que serão mais detalhados.

Governo inicia combate à corrupção

Embora não se trate de uma campanha oficial em larga escala, algumas acções amplamente noticiadas sugerem que o governo está agora a avançar contra a corrupção.

É evidente que este problema custou votos à Frelimo nas eleições gerais de Dezembro. E no jantar restrito de 8 de Junho da reunião de Paris do Grupo Consultivo, todos os doadores atacaram o governo pelo seu fracasso quanto ao problema da corrupção. A corrupção em Maputo poderá não ser tão má como em Bruxelas ou Boston, mas tem vindo a aumentar e é um problema profundamente sentido.

Muitíssimo dramática foi a exoneração do Procurador-Geral da República e dos seus adjuntos pelo Presidente no início de Julho. Isto seguiu-se a uma disputa muito pública sobre o bloqueio das investigações sobre uma fraude de 14 milhões de dólares aquando da privatização do braço comercial do Banco de Moçambique, que se tornaria no BCM, Banco Comercial de Moçambique.

A fraude deu-se em 1996 e não houve processos judiciais. Num discurso sem precedentes no parlamento, no dia 14 de Março, o antigo ministro Eneias Comiche, agora presidente do BCM, acusou a procuradoria-geral de bloquear a investigação. A comunicação social voltou a reportar sobre o assunto e acusou a procuradoria-geral de corrupção. Foi então que um procurador-geral adjunto acusou publicamente alguns dos seus colegas de entravarem a investigação sobre o BCM e foi suspenso pelo Procurador-Geral acusado de ter denegrido a Procuradoria-Geral da República.

No início de Julho, o Procurador-Geral e todos os seus adjuntos foram exonerados e Joaquim Madeira, um juiz de Maputo, nomeado novo Procurador-Geral. Na cerimónia oficial de tomada de posse a 19 de Julho, o Presidente Chissano tornou claro que espera que o novo Procurador-Geral “crie um novo clima” na procuradoria-geral.

Vários governadores começaram também a agir publicamente contra a corrupção naquilo que parece ser uma série coordenada de acções sérias. Em Abril, em Manica, o então governador Felício Zacarias suspendeu administradores distritais por se apoderarem de gado destinados aos camponeses. (Ver caixa na página seguinte)

Em Junho, em Nampula, o então governador Rosário

A definição de “autoridades comunitárias” como “chefes tradicionais e outros líderes” destina-se, claramente, a permitir a inclusão dos secretários de bairro e outros dirigentes introduzidos pela Frelimo nos finais da década de 70 e princípios dos anos 80 e que ganharam credibilidade local, assim como líderes religiosos, professores e enfermeiros seniores e mesmo curandeiros.

Falando ao jornal Notícias (10 de Julho), o Ministro de Administração Estatal, José Chichava, disse que os administradores de distrito e de localidade não deverão esperar pelos regulamentos e pela nova lei sobre os órgãos locais do estado, devendo criar de imediato “conselhos comunitários” que incluiriam estas “autoridades comunitárias”.

Chichava também sublinhou que as “autoridades comunitárias” irão ser envolvidas na colecta de impostos e que qualquer remuneração que venham a receber terá como base o montante dos impostos colectados por elas.

Mualeia anunciou que uma empresa local de construção seria levada a tribunal por ter deixado dois centros de saúde meio-construídos depois de ter recebido a maior parte do dinheiro.

Em Julho, o Ministro da Agricultura e Pescas, Hélder Muteia, expulsou quatro funcionários do departamento de florestas da província de Sofala por terem embolsado 20.000 dólares de taxas de licenciamento pagas por empresas madeireiras.

Todos estes três casos são exemplos de formas muito comuns de corrupção. A pergunta mais corrente é se isto é o início de acusações e demissões mais amplas, ou apenas um punhado de casos para tentar acalmar o descontentamento público.

A comunicação social continua a não estar convencida. Um jornalista do diário Notícias, propriedade do governo e normalmente dócil (15 de Julho), desafiou o Ministro de Administração Estatal, José Chichava, durante uma visita à Zambézia. O artigo afirmava que o desvio de fundos por funcionários distritais era comum e sistemático e ficava impune. O jornal dizia mesmo que um administrador distrital tinha sido apanhado a roubar 10.000 dólares, incluindo dinheiro destinado a pensionistas, mas ficara impune, tendo simplesmente sido transferido para o município de Quelimane.

Chichava respondeu que seria punido todo aquele que roubasse dinheiros públicos e que o Presidente Chissano tinha anunciado como um dos grandes desafios dos próximos cinco anos refrear a corrupção.

Entretanto, o diário Metical tem sublinhado o fracasso completo na limpeza do sistema de justiça que considera totalmente corrompido e em que muitos juizes podem ser subornados. E existe um acumular de milhares de casos que cresce em vez de diminuir. O Metical foi particularmente crítico relativamente à decisão do Presidente Chissano de manter o ministro da Justiça, que considera fraco, e de não renomear o vice-ministro Filipe Manjate, que considerou como uma das poucas pessoas boas deixadas no ministério.

A condenação de um juiz do Tribunal Administrativo, Alfredo Chambule, pelo assassinato do namorado da filha,

Corrupção não é má fé

O caso das 50 cabeças de gado em Manica mostra bem como a magnitude atingida pela corrupção acabou por ser aceite como normal. O gado provinha de um programa de ajuda financiado pela União Europeia e destinava-se a ser distribuído aos camponeses. Num gesto sem precedentes, o governador Felício Zacarias convocou uma conferência de imprensa no dia 20 de Abril para dizer que todas as 50 cabeças de gado tinham ficado em poder de funcionários ou de suas esposas e distribuiu à comunicação social uma lista dos que se tinham apoderado do gado: quatro administradores distritais, um presidente de conselho municipal e 11 funcionários da agricultura. Os quatro administradores distritais acabaram por ser suspensos.

Mas a resposta do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Hélder Muteia, mostrou não só que este tipo de corrupção é tido como normal mas também as dificuldades existentes com os projectos de ajuda. Ele foi a Chimoio investigar e informou em conferência de imprensa, realizada nessa cidade a 26 de Maio, que o problema residia no facto de a agência doadora ter pedido que os camponeses pagassem entre 50 e 80 dólares por cabeça, montante que nenhum dos camponeses tinha. Só os criadores de gado que, ao mesmo tempo, recebiam salários do estado estavam em condições de comprar os animais.

Deste modo, os funcionários públicos que ficaram com o gado não estavam a agir "de má fé", disse Muteia, e não tinham a intenção de prejudicar os camponeses. No entanto, iriam ser punidos por lesarem a imagem do estado.

talvez tenha sido a primeira indicação de mudança no sistema de justiça. Para muitos o caso constituiu um teste à impunidade dos juizes e de outros funcionários superiores. Chambule foi condenado e sentenciado a 8 anos de cadeia.

A nomeação de novos governadores também poderá ser vista no contexto anti-corrupção. Nenhuma das 10 províncias tem agora um governador natural de lá. Se o governador tiver menos laços familiares na província, haverá menos pressões e menos canais para facilitar a corrupção.

Aumento salarial evita greve geral

Um acordo para o aumento do salário mínimo, alcançado à última hora, evitou uma greve geral marcada para 26-28 de Julho. Por pressão do FMI, o salário mínimo de 1987 baixou do equivalente a 38 dólares mensais para menos de 18 dólares em 1993 e em 1996 começou a subir regularmente até atingir os 36 dólares, tendo sido fixado em 450.000 meticais no ano passado. Mas a inflação havia feito com que regredisse até aos 28 dólares quando começaram as negociações tripartidas (sindicatos, patronato, governo) deste ano.

O patronato oferecia um aumento de 15% enquanto os sindicatos exigiam 30%. Como não se chegava a acordo, o governo impôs um aumento de 16%, passando o salário mínimo para 522.000 meticais (32 dólares). Isto foi rejeitado pela central sindical OTM que convocou uma greve geral.

Em breve se tornou claro que a greve teria amplo apoio e, à última hora, o governo concordou com um aumento de 26% do salário mínimo, passando para 568.980 meticais (35 dólares) mensais, o que foi aceite pela OTM. No entanto, os salários públicos acima do salário mínimo sobem apenas 16%. O salário mínimo no sector agro-florestal passa de 352.350 para 382.625 meticais ((24 dólares).

Primeiros relatórios financeiros autárquicos

O orçamento nacional do ano 2000 dá uma primeira indicação dos gastos dos 33 conselhos municipais eleitos em 1998. Estas vilas e cidades angariaram 69% das suas receitas através de taxas. Os restantes 31% provieram das transferências do governo, ainda numa base per capita.

Os 33 municípios tiveram um total de despesas de funcionamento no valor de 12 milhões de dólares e um dispêndio de capital de 16 milhões de dólares (dos quais 4 milhões e 11 milhões, respectivamente, em Maputo). Metangula, no Niassa, foi a vila com menor receita e menor despesa, 31 milhões de dólares, 75% dos quais provenientes do governo central.

Moatize, onde se deveria ter realizado uma eleição intercalar, dispendeu 76 milhões de dólares (um quinto do custo proposto da eleição), tendo angariado 48% deste montante.

Sem comentários, o governo central retirou uma fonte de receitas locais. Os municípios deveriam receber 30% do imposto nacional de turismo (sobre as contas dos hotéis, etc.), que teriam ajudado os governos locais a custear as infra-estruturas exigidas pelos turistas. Mas no orçamento do ano 2000 o governo aboliu o imposto de turismo por já haver tributação suficiente em todas as despesas dos turistas.

Nunca se chegou a criar qualquer dispositivo para transferir parte do imposto para os governos locais, abrindo uma brecha potencial nas receitas das cidades e vilas costeiras e turísticas.

Páginas sobre Moçambique na Internet

O número de páginas sobre Moçambique na Internet tem estado a aumentar rapidamente.

O melhor directório foi criado por Wim Neeleman e tem um novo endereço na Internet: <http://www.mol.co.mz/>

Existem directórios sobre economia, eleições, turismo, direitos humanos, etc. A lista é actualizada regularmente.

A página produzida pelo CIUEM – Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane – também é muito boa: <http://www.mozambique.mz/>

A Agência de Informação de Moçambique (AIM) elabora um resumo noticioso diário em português, com um arquivo que vai até ao início do ano: <http://www.sortmoz.com/aimnews/>

[portuguese/menu_de_noticias.htm](http://www.sortmoz.com/portuguese/menu_de_noticias.htm)

Para actualizar a informação sobre as cheias e suas consequências, existe em português <http://www.mozambique.mz/cheias/index.htm> e em inglês <http://www.mozambique.mz/floods/index.htm>

Endereços, números de telefone e fax (e algumas páginas de Internet e endereços electrónicos) de todos os ministérios: <http://www.mol.co.mz/governo/ministerios.htm>

Relatório das Nações Unidas destaca diferenças regionais

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1999, PNUD & SARDC, Maputo, Julho de 2000 (Editor António Gumende, Coordenador António Francisco). À disposição nos escritórios do PNUD em Maputo.

Sendo talvez o livro mais importante publicado este ano em Moçambique, este relatório mostra graficamente as enormes diferenças existentes em Moçambique e destaca em termos decididos como a economia e o crescimento estão concentrados em Maputo.

Eis algumas estatísticas comparando a cidade de Maputo com a Zambézia, a província mais pobre e menos desenvolvida: A esperança de vida de uma criança do sexo feminino nascida hoje na Zambézia é de 38 anos; uma menina nascida na cidade de Maputo viverá até aos 61 anos; e uma nascida nos países industrializados poderá viver até cerca dos 80 anos de idade.

A cidade de Maputo é classificada como tendo um "desenvolvimento humano médio", sendo de 0,605 (numa escala de 0 a 1) o índice de desenvolvimento humano do PNUD, o que o coloca ao nível do Botswana, Egípto e Argélia. A Zambézia tem um índice de desenvolvimento humano de 0,176, muito inferior mesmo ao da Serra Leoa, que apresenta o índice nacional mais baixo do mundo (0,252).

O rendimento per capita da cidade de Maputo é de 1426 dólares – 12 vezes os 134 dólares da Zambézia. E ao ritmo actual a Zambézia nunca irá alcançar este nível, por ter registado o mais baixo crescimento do país. No biénio 1996-98 o rendimento per capita da Zambézia subiu 32 dólares (29%), enquanto que o aumento na cidade de Maputo foi o triplo de todo o rendimento per capita da Zambézia.

Com 6% da população, Maputo é responsável por 34% do PIB nacional, enquanto a Zambézia, com 19% da população, produz 11% do PIB.

O relatório também produz um Índice da Pobreza Humana, dividido por províncias, que mostra divisões muito mais acentuadas do que o estudo do próprio governo publicado há dois anos (analisado mais abaixo). Ambos os estudos mostram que 60% dos moçambicanos vivem na pobreza. O estudo do governo tem uma amplitude que vai de 48% na cidade de Maputo até 88% em Sofala. O estudo das Nações Unidas mostra uma amplitude desde apenas 21% dos residentes de Maputo vivendo na pobreza até 68% em Cabo Delgado. O estudo do governo mostrava que a pobreza se concentrava no centro, com três províncias (Tete, Sofala e Inhambane) com mais de 80% de pessoas vivendo na pobreza, enquanto o estudo das Nações Unidas mostra um claro aumento da pobreza à medida que se vai para o norte, desde 37% na província de Maputo até 52% em Inhambane, apenas 55% em Sofala até 65% na Zambézia e 68% em Cabo Delgado.

O relatório também contesta o crescente ênfase colocado no rendimento da agricultura familiar argumentando que o trabalho assalariado é uma fonte de rendimento de longe

muito mais importante do que anteriormente se dizia e que o número de trabalhadores assalariados se encontra significativamente abaixo do real. O aumento dos salários e a criação de empregos deve desempenhar um papel mais central em qualquer estratégia de desenvolvimento.

O FMI e o Banco Mundial têm repetidamente destacado o elevado índice de crescimento de Moçambique, mas este relatório mostra que uma parte demasiado grande desse crescimento fica em Maputo. Será necessário uma maior intervenção para que o fosso entre Maputo e o resto país não continue a aumentar.

Para compreender a Pobreza e o Bem Estar em Moçambique, Primeira Avaliação Nacional (1996-97), Ministério do Plano e Finanças (MPF), Universidade Eduardo Mondlane e

International Food Policy Research Institute, Dezembro de 1998. (À disposição no MPF, também em português).

Com base no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares de 1996-97 junto de mais de 8000 famílias, esta é a primeira tentativa para determinar os níveis e a profundidade da pobreza. Toma em consideração a produção das próprias famílias. O estudo desenvolve diferentes linhas de pobreza para as zonas urbanas e rurais em cada província, com base no consumo de produtos alimentares e não alimentares essenciais. Variou de uma linha de pobreza de 3359 MT por pessoa/dia nas zonas rurais de Nampula (em finais de 1996 era de 29 centimos do dólar/dia) até 8714 MT nas zonas urbanas da província de Maputo (era então de 75 centimos do dólar/dia). O Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD define, pelo contrário, a pobreza humana não pelo rendimento ou pelo consumo, mas pelos níveis de privação no respeitante à desnutrição, acesso a água potável, etc. Este relatório também estabelece uma diferenciação muito interessante a nível provincial entre pobreza e pobreza extrema.

O relatório é interessante porque desafia a tradicional ligação entre os agregados familiares chefiados por mulheres e a pobreza. E é útil por toda uma série de outros dados do inquérito que vão desde a educação até ao número de cajueiros que as famílias possuem.

Documento Provisório sobre a Estratégia de Alívio à Pobreza Governo de Moçambique, 16 de Fevereiro de 2000, que incorpora o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Extrema, Dezembro de 1999. À disposição na página da Internet do FMI: <http://www.imf.org/external/np/pfp/2000/moz/01/index.htm>

Elaborado apressadamente sem auscultação pública para responder às exigências do FMI, o DEAP está agora a ser submetido a debate público antes de ser aprovado como documento final no fim deste ano. Ambos os documentos reconhecem as diferenças regionais destacadas no Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano em Moçambique, mas não explicam de que forma as acções propostas irão reverter tais desequilíbrios. O Plano de Acção apresenta metas detalhadas, embora modestas para os próximos cinco anos. Mas quase todas elas são para dar continuidade às políticas em curso.

O Documento sobre o Ponto de Decisão de 29 de Março de 2000 para a Iniciativa Reforçada para os Países Altamente Endividados também existe na Internet: <http://www.org/external/np/hipc/2000/moz.pdf>

Literatura sobre eleições

Eleitorado Incapturável, ed. Carlos Serra, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

Este excelente estudo de Carlos Serra sobre as eleições autárquicas de 1998, passado em revista no *Boletim* 23, encontra-se agora publicado em livro.

Mozambique Election Update 99, Electoral Institute of South Africa, dpottie@eisa.org.za, <http://www.eisa.org.za>

Publicação do EISA equivalente a este Boletim. A edição 5 (Abril), por exemplo, traz um interessante e pormenorizado artigo sobre a campanha eleitoral nacional em Manica.

Chissano nomeia novo governo

O Presidente Joaquim Chissano nomeou um elenco ministerial mais numeroso, com 24 ministros. Três são mulheres. Apenas 6 ministros mantiveram os seus postos, enquanto 2 passaram para novos ministérios; 4 vice-ministros foram promovidos, havendo 12 caras novas.

Vários ministérios foram rearranjados:

Agricultura e Pescas tornaram-se Agricultura e Desenvolvimento Rural, enquanto as Pescas se tornaram num ministério à parte.

Indústria e Comércio estão num único ministério, enquanto o Turismo tem o seu próprio ministério.

A Cultura torna-se num ministério e a Juventude e Desportos noutro.

A Educação mantém-se como ministério, mas é criado o novo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. O Ministério para a Coordenação da Acção Social transforma-se em Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social.

Lista dos novos ministros

Tirado em parte de:

<http://www.mozambique.mz/governo/membros.htm>

Eis os 24 ministros e as suas anteriores funções:

Primeiro-Ministro, Pascoal Manuel Mocumbi; sem alteração.

Administração Estatal, José António da Conceição Chichava; membro da Assembleia Municipal de Maputo.

Agricultura e Desenvolvimento Rural, Hélder dos Santos Félix Monteiro (dantes Muteia); era vice-ministro.

Assuntos dos Antigos Combatentes, António Hama Thay

Interior e Ministro na Presidência para Assuntos da Defesa e Segurança, Almerino Manhenje; sem alteração.

Indústria e Comércio, Carlos Alberto Sampaio Morgado; era membro da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e vice-presidente do Conselho de Administração das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).

Coordenação da Acção Ambiental, John William Kachamila; era Ministro dos Recursos Minerais e Energia.

Cultura, Miguel Costa Mkaïma; era Director do Museu Nacional de Arte.

Defesa Nacional, Tobias Joaquim Dai; general na reserva e antigo Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Educação, Alcido Eduardo Nguenha; era membro da Comissão Permanente da Assembleia da República e foi Reitor da Universidade Pedagógica.

Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Lídia Maria Ribeiro Arthur Brito; tinha sido recentemente nomeada vice-reitora académica da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Justiça, José Ibraímo Abudo; sem alteração.

Juventude e Desportos, Joel Matias Libombo; era vice-ministro.

Mulher e Coordenação da Acção Social, Virgília Bernarda Neto Alexandre dos Santos Matabele; era vice-chefe da bancada parlamentar da Frelimo.

Negócios Estrangeiros e Cooperação, Leonardo Santos Simão; sem alteração.

Obras Públicas e Habitação, Roberto Costley-White; sem alteração.

Pescas, Cadmiel Muthemba.

Plano e Finanças, Luísa Diogo; era vice-ministra.

Minerais e Energia, Castigo José Correia Langa; era vice-ministro.

Saúde, Francisco Ferreira Songana; médico e era director do Hospital Central da Beira.

Trabalho, Mário Lampião Sevene; era membro do parlamento.

Transportes e Comunicações, Tomás Augusto Salomão; era Ministro do Plano e Finanças.

Ministro na Presidência para os Assuntos Parlamentares e Diplomáticos, Francisco Caetano Madeira; sem alteração.

Turismo, Fernando Sumbana Júnior; era director do Centro de Promoção de Investimentos.

Vice-ministros

Administração Estatal, Aiuba Cureneia.

Agricultura e Desenvolvimento Rural, João Manuel Zamith Carrilho.

Ambiente, Francisco Mabjaia.

Cultura, Luís António Covane.

Defesa, Henrique Alberto Banze.

Justiça, António Eduardo Munete.

Negócios Estrangeiros e Cooperação, Frances V. Rodrigues e Hipólito Pereira Patrício.

Obras Públicas e Habitação, Henrique Constantino Cossa.

Pescas, Alfredo Massinga.

Plano e Finanças, Manuel Chang.

Minerais e Energia, Esperança Bias.

Saúde, Aida Theodomira Libombo.

Trabalho, Adelaide Ancha Amurane.

Transportes e Comunicações, António Fernando.

Mulher e Coordenação da Acção Social, Luciano de Castro.